

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.947 - SP (2019/0137983-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS**  
**SCATENA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**AGRAVANTE** : **TRANSPORTADORA DOIS SCATENA LTDA - EM RECUPERAÇÃO**  
**JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **THIAGO SANSÃO TOBIAS PERASSI - SP238335**  
**KARINA MARASCALCHI DA SILVEIRA - SP301669**  
**MATHEUS ALVES RIBEIRO E OUTRO(S) - SP208429**  
**MANOEL FRANCISCO DA SILVEIRA - SP255197**  
**DANILO DE CARVALHO ABDALA - SP296407**  
**LÍVIA REGINA GONÇALVES SBROGGIO - SP391099**  
**NATHALIA MELAZI CAOBIANCO - SP406143**  
**AGRAVADO** : **RAFAEL DE PAULA CAMPOS**  
**ADVOGADO** : **RAFAEL DE PAULA CAMPOS (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP373092**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos: (a) ausência de demonstração de afronta aos artigos arrolados e (b) falta de comprovação do dissídio jurisprudencial.

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 530):

RECUPERAÇÃO JUDICIAL Honorários do administrador judicial Fixação em 3,96% do passivo (conf. deságio de 40%), mediante pagamento mensal no importe de R\$ 12.000,00 Inconformismo da recuperanda, que pretende reduzir os honorários fixados Descabimento Capacidade da devedora não refutada Complexidade demonstrada Parâmetro legal observado Decisão mantida Agravo de instrumento desprovido. Dispositivo: Negam provimento.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 603/606).

O recurso especial (e-STJ fls. 538/558), fundamentado no art. 105, inc. III, alíneas "a" e "c", da CF, apontou dissídio jurisprudencial e ofensa ao art. 24, § 1º, da Lei n. 11.101/2005.

Segundo argumenta a parte recorrente, "a remuneração do I. Administrador Judicial nos patamares em que fixada põe em evidência a violação ao art. 24 da Lei de Recuperações e Falência, pois não observou os critérios da capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes, bem como por distanciar-se dos Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade" (e-STJ fls. 548).

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 614/624).

O agravo (e-STJ fls. 635/654) refuta os fundamentos da decisão agravada e

alega o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 659/670).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem, ao negar provimento ao agravo de instrumento interposto pelas ora recorrentes, concluiu que (e-STJ fls. 531/532):

Agravo de instrumento interposto por Distribuidora de Produtos Alimentícios e Bebidas Scatena Ltda. (em recuperação judicial) e outra, dirigido a r. decisão digitalizada em fl. 363-365 1 o g., proferida pelo Dr. Heitor Katsumi Miura, MM. Juiz de Direito da E. 2 a Vara Cível da Comarca de Fernandópolis, que arbitrou a remuneração do administrador judicial:

[...] Da Administração judicial:

- a) Nomeio Administrador Judicial o advogado, Dr. RAFAEL DE PAULA CAMPOS, CPF 393.833.998-56, OAB/SP 373.092, e-mail rafael\_pcamos28@outlook.com (artigos 21, 52, I e 64 da Lei nº 11.101/2005);
- b) Fixo sua remuneração em de 3,96% do valor total da dívida estimada de R\$7.275.000,00 (cf. Deságio de 40%, no valor de R\$2.910.000,00 - fls. 282), para pagamento de 24 meses de trabalho, prazo legal do processo, resultando R\$12.000,00 por mês;

(...)

É o relatório.

As agravantes pretendem apenas limitar os honorários do administrador judicial. Argumentam que o valor na forma rearbitrada é exagerado e pode comprometer o sucesso da recuperação judicial.

A remuneração do administrador judicial e os critérios para sua fixação estão previstos no art. 24 da Lei n. 11.101/2005:

Art. 24. O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.

§ 1º Em qualquer hipótese, o total pago ao administrador judicial não excederá 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial ou do valor de venda dos bens na falência.

§ 2º Será reservado 40% (quarenta por cento) do montante devido ao administrador judicial para pagamento após atendimento do previsto nos arts. 154 e 155 desta Lei.

§ 3º O administrador judicial substituído será remunerado proporcionalmente ao trabalho realizado, salvo se renunciar sem relevante razão ou for destituído de suas funções por desídia, culpa, dolo ou descumprimento das obrigações fixadas nesta Lei, hipóteses em que não terá direito à remuneração.

§ 4º Também não terá direito a remuneração o administrador que tiver suas contas desaprovadas.

(...)

No caso dos autos, o critério inicialmente adotado pelo Douto Magistrado Singular encontra-se em harmonia com as decisões deste Colegiado sobre o tema para as recuperações ordinárias.

Sem razão, portanto, a pretensão recursal. Ausente elementos que indicam a teratologia suscitada, mantém-se a r. decisão por seus próprios fundamentos.

Nesses termos, a alteração do desfecho conferido ao processo sobre a

# *Superior Tribunal de Justiça*

inexistência de elementos que indiquem teratologia da decisão de primeiro grau e a adequação dos honorários fixados em favor do administrador judicial demandaria análise do conteúdo fático-probatório dos autos, circunstância que atrai o óbice da Súmula n. 7 do STJ.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator